

ÓRGÃO CONVENIENTE: SECRETARIA DE Turismo – Departamento de Apoio às Estâncias – DADE – UGE 500102
CONVENIADA: Prefeitura Municipal de Nupuranga
EXERCÍCIO: 2017

ADVOGADOS: Marcella Pereira Macedo Ruzzenne (OAB/SP nº 224.975); Marcelo Machini (OAB/SP nº 339.196).

Tendo em vista manifestação da Equipe Técnica de fls. 517/519, que reclama prestação de contas de repasses equivalentes a R\$ 163.031,63 e R\$ 564.659,00, do Convênio nº 128/2012, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, notifico os Partícipes, na pessoa de correspondentes responsáveis, para apresentarem, no prazo de 20 (vinte) dias, correlatos demonstrativos e/ou alegações de interesse.

Publique-se.

PROCESSO: TC-001037/002/97
Contratante: Prefeitura Municipal de Jau
Responsáveis: Osvaldo Francheschi Junior, Prefeito
Contratada: Consórcio AMAMF/ILUSERVIC
Responsáveis: Walter Roberto de Freitas, Diretor Presidente; Luciana Matutano Segato, Gerente.

Objeto: Concessão de serviços públicos municipais de produção de água para abastecimento.
Em exame: Termo Aditivo nº 9973 - firmado em 23/03/2012 – fls. 4613/4622.

Adogados: Marcelo Palaveri (OAB/SP nº 114.164), Francisco Antonio Miranda Rodrigues (OAB/SP nº 113.591) e outros (instrumento de procuração a fls. 4649).

Assunto: Diante da abertura de prazo para vista ao final da instrução, requer prazo de 15 (quinze) dias para manifestação (Expediente TC-005743/026/19).

Defiro o pedido, por 15 (quinze) dias.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-1155/007/11 INTERESSADOS: Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião Autoridade que firmou os instrumentos: Emano Bilotte Primazzi Advogados: Francisco Roque Festa – OAB/SP nº 106.774, Karina Primazzi Souza – OAB/SP nº 251.993, Patrícia Machado – OAB/SP nº 189.880 e Leonardo Hübner Festa – OAB/SP nº 324.037 (fl. 699) e Luiz Felipe da Silva Lobato – OAB/SP nº 292.808 (fl. 702) – Contratada: Agrícola e Construtora Monte Azul Ltda. ASSUNTO: Obras e serviços de engenharia de construção e urbanização da área do aterro na Rua da Praia Fase II, no Município, com fornecimento de material e mão de obra. Matéria em exame: Termos Aditivos (N.ºs 01 ao 04) Em face das irregularidades apontadas pela UR-7 – São José dos Campos, bem como, em razão da possibilidade de aplicação do princípio da acessoriedade no exame dos termos com vínculos indissolúveis a Licitação e ao Contrato julgados irregulares, assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para que tomem ciência do atual estágio do processo e apresentem as alegações que entenderem de direito nos termos e para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/93. TC-001155/007/11 Autorizo vista e extração de cópias, observadas as formalidades legais e regulamentares.

Publique-se.

PROCESSO: TC-1176/003/11 INTERESSADOS: Contratante: Prefeitura Municipal de Indaiatuba Autoridades que firmaram os instrumentos: – Nauri Lobo Costa – Rita de Cássia Tassi Reitor – Jose Roberto Stefani Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP nº 109.013 e outros (fls. 932/933) – Contratada: Guima Conseqo Construção, Serviços e Comércio Ltda. ASSUNTO: Prestação de serviços de limpeza Predial e Hospitalar, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, inclusive os serviços de desinsetização, desratização, manutenção de áreas verdes (corte de grama e coleta de detritos) e limpeza de reservatórios e caixas d'água, com o fornecimento dos materiais, inclusive de higiene pessoal, mão de obra e equipamentos. Matéria em exame: Termos de Aditamento (N.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09 e 10) e Termo de Aposilamento nº 06/12 Em face das irregularidades apontadas pela UR-3 – Campinas, bem como, em razão da possibilidade de aplicação do princípio da acessoriedade no exame dos termos com vínculos indissolúveis a Licitação e ao Contrato julgados irregulares, assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para que tomem ciência do atual estágio do processo e apresentem as alegações que entenderem de direito nos termos e para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/93. TC-1176/003/11 Autorizo vista e extração de cópias, observadas as formalidades legais e regulamentares.

Publique-se.

PROCESSO: TC-003825/026/19 INTERESSADOS: – Órgão Público Conveniente: Secretaria da Justiça e Cidadania – Responsáveis pelo Órgão Contratante: Paulo Dimas Debellis Mascaretti (Secretário atual) e Eloisa de Sousa Arruda (Secretária de 17/11/2011 a 31/12/2014) – Responsável que firmou o assento: Luiz Antonio Guimarães Marley (ex-Secretário) – Ordenadores da Despesa: Roberto Fleury de Souza Bretanha (Chefe de Gabinete de 17/11 a 23/02/2014) e Eduardo Lobo Costa (de 23/02/2014 a 26/02/2014) e Eduardo Alair Barbosa Barbinha (Chefe de Gabinete de 27/2 a 31/12/2014) – Entidade Conveniada: Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo – CDHEP/CL – Responsáveis: Aliton Alves da Silva (Diretor-Presidente atual), Marcos José Pereira da Silva (Diretor-Presidente de 17/11 a 9/06/2014) e Mariana Passari Marques (Diretora-Presidente de 25/10 a 31/12/2014) ASSUNTO: Prestação de Contas de Repasse Público ao Terceiro Setor durante o exercício de 2014, no valor de R\$ 2.995.332,64. Notifico os interessados acima nomeados, para que conhecendo do relatório da Fiscalização (fls. 32/44) apresentem as alegações que forem de seus interesses ou adotem providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Consigno que o prazo para resposta é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação do presente despacho, advertindo os destinatários de que, na ausência de notícias, a expressão poderá ir a julgamento à revelia. Fica autorizada vista e extração de cópias, observadas as formalidades legais e regulamentares.

Publique-se.

EXPEDIENTE: TC-58111/02/19 (Ref.: TC-1701/003/09) INTERESSADO: Ângelo Augusto Perugini, Prefeito Municipal de Hortolândia, por sua advogada, Giselle Beck Rossi – OAB/SP nº 207.545 ASSUNTO: Pedidos de juntada do instrumento de procuração e que sejam incluídos os nomes dos seus advogados Luiz Antônio de Almeida Alvarenga – OAB/SP nº 146.770 e Giselle Beck Rossi – OAB/SP nº 207.545 nas futuras publicações e demais atos relacionados ao processo, sob pena de nulidade, especialmente para fins de intimação do v. acórdão do julgamento e início da contagem do prazo recursal (fls. 959/960) Autorizo a juntada do instrumento de procuração nos autos para que produza seus efeitos legais. Ao Cartório.

Publique-se.

EXPEDIENTE: TC-005824/026/19 (Ref.: TC-01717/002/611) INTERESSADA: Associação de Desenvolvimento Econômico Social às Famílias – ADESAF ASSUNTO: Pedidos de juntada do instrumento de procuração e subestabelecimento e que todas as publicações e intimações decorrentes do presente feito sejam remetidas à advogada Cristiana Souza de Amorim – OAB/SP nº 176.410 Defiro o pedido de juntada do instrumento de procuração e subestabelecimento com reserva de poderes nos autos para que produza seus efeitos legais.

Publique-se.

EXPEDIENTE: TC-005832/026/19 (Ref.: TC-000076/020/13) INTERESSADA: Associação de Desenvolvimento Econômico Social às Famílias – ADESAF ASSUNTO: Pedidos de juntada do instrumento de procuração e subestabelecimento e que todas as publicações e intimações decorrentes do presente feito sejam remetidas à advogada Cristiana Souza de Amorim – OAB/SP nº 176.410 Defiro o pedido de juntada do instrumento de procuração e subestabelecimento com reserva de poderes nos autos para que produza seus efeitos legais.

Publique-se.

EXPEDIENTE: TC-005846/989.18-0 INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO OAB/ADVOGADO: CARLOS EDUARDO FUTRA MATUISKI (OAB/SP 269.550) JOSÉ DOS REIS ESTEVES – PRESIDENTE ASSUNTO: Contas de Câmara EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-13 Evento 33. Concedo a prorrogação de prazo por 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: TC-0021272.989.18-7 INTERESSADOS: PREFEREITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES ADVOGADO PÚBLICO: CARLOS EDUARDO SANTOS MIDORES - OAB/SP N.º 198.696 (EVENTO 64.2) PREFEITO: SÉRGIO FERREIRA ASSUNTO: FALTA DE REMESSA DE INFORMAÇÕES REFERENTES AO SISTEMA ADEUSP - FASE IV NO EXERCÍCIO DE 2018 Diante das informações constantes dos autos sobre a falta de cumprimento dos prazos de encaminhamento a este Tribunal de dados ao Sistema ADEUSP - Fase IV (Processo nº 74/2018 – Pregão Presencial nº 52/2018; Processo nº 92/2018 – Pregão Presencial nº 63/2018 e Processo nº 06/2018 – Tomada de Preços nº 66/2018), configurada que resta a hipótese prevista no inciso II, do artigo 104 da Lei Complementar nº 70/93, APLICO ao Senhor Sérgio Ferreira, Prefeito Municipal de Bom Jesus dos Perdões, multa no valor correspondente a 160 (cento e sessenta) UFEPS, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas do Estado, nas Agências do Banco do Brasil S/A, instituído pela Lei Estadual nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Publique-se.

PROCESSO: TC-023266.989.18-5 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ Responsáveis: Valter Suman (Prefeito), Sandro Luiz Ferreira de Abreu (Secretário Municipal de Saúde) e Welinton da Silva Pinto (Diretor Presidente) ADVOGADO: GUSTAVO LOPES GONSALES (OAB/SP 370.557) ORGANIZ. SOCIAL: ORGANIZAÇÃO SOCIAL PRO VIDA INTERESSADO(A): VALTER SUMAN SANDRO LUIZ FERREIRA DE ABREU ASSUNTO: Contrato de Gestão nº 168/2018 - Objeto: Operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, dos equipamentos destinados a estratégia de saúde da família, incluindo os núcleos de apoio à saúde da família (NASF). EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: DF-01 PROCESSOS(S) DEPENDENTES(S): 0001300.989.19-1 Evento 53. Defiro o pedido, nos termos requeridos.

Publique-se.

PROCESSO: TC-005174.989.18-6 INTERESSADOS(AS): CAMARA MUNICIPAL DE GUARAARAPES CÉLIO APARECIDO RODRIGUES ASSUNTO: Contas de Câmara Municipal EXERCÍCIO: 2018 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (evento 11-13) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, de-se vista ao d. MPC.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004400.989.18-2 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOZO JASCELA CEZAR ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-11 PROCESSOS(S) REFERENCIADO(S): 00008435.989.19-9 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (evento 48.54) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, encaminhe-se à ATI para manifestação. Após, vista do D. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004662.989.18-5 INTERESSADOS: PREFEREITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE OVÍDIO ALFARINO AZZINI ASSUNTO: Prestação anual de contas da Administração Financieira EXERCÍCIO: 2018 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (evento 102.26) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, encaminhe-se à ATI para manifestação. Após, vista do D. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004940.989.18-9 INTERESSADOS: CAMARA MUNICIPAL DE RIFAINA WILSON ALVES DA SILVA JUNIOR ASSUNTO: Contas de Câmara Municipal EXERCÍCIO: 2018 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (evento 12.01) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, de-se vista ao d. MPC.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004305.989.18-8 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL ADVOGADO: BARCELOS ANTONIO SILVEIRA (OAB/SP 309.428) INTERESSADO: ADEMIR MASCHIO ASSUNTO: Prestação anual de contas da Administração financeira EXERCÍCIO: 2018 Evento 85.01. Concedo a prorrogação de prazo para fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (evento 11.02) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, de-se vista ao d. MPC.

Publique-se.

PROCESSO: TC-005174.989.18-6 INTERESSADOS(AS): CAMARA MUNICIPAL DE GUARAARAPES CÉLIO APARECIDO RODRIGUES ASSUNTO: Contas de Câmara Municipal EXERCÍCIO: 2018 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (evento 11-13) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, de-se vista ao d. MPC.

Publique-se.

PROCESSO: TC-005846.989.18-2 (ref. TC-001568.989.19-3) AGRAVANTE: José Eduardo Bello Visentini (OAB/SP nº 168.357) ASSUNTO: Agravo contra despacho que negou apreciação do pedido de representação formulado contra o edital do Pregão Presencial nº 020/2019, certame processado pela Prefeitura Municipal de Sumaré com propósito de contratar empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado de gestão pública, incluindo serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de

atualização legal, atualização tecnológica, suporte técnico e provimento de "datacenter" para atendimento de necessidades da Administração Municipal (DOE de 11/17/19). Interdito o pedido de impugnação do edital do Pregão Presencial nº 020/2019 – certame processado pela Prefeitura Municipal de Sumaré com propósito de contratar empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado de gestão pública – sob o fundamento de que não cabe nova representação contra edital de licitação ratificado em cumprimento de decisão definitiva deste Tribunal (DOE de 11/17/19). agravo o representante por discórdia da preclusão, porquanto, na republicação do chamamento, empresa até então desinteressada poderia resolver ingressar na disputa, embora se visse impedida de discutir a legalidade de qualquer outra cláusula impeditiva de sua participação. Além disso, afirmou que, ao cumprir a decisão deste Tribunal de permitir a subcontratação de datacenter, a Administração incorreu em nova ilegalidade, já que outras regras mantidas no ato convocatório se tornaram incompatíveis. Não caso da prova de conceito para essa parcela do objeto. Não obstante, a inviabilidade jurídica de reexame do instrumento convocatório corrigido por ordem deste Tribunal, conforme jurisprudência dominante, não se confunde com o direito de impugnação de qualquer interessado perante o Poder Público, se for o caso. De outra parte e com a devida vênia, a cláusula de permissão expressa para subcontratação de datacenters, assim determinado pelo Plenário desta Corte, há de prevalecer na interpretação analítica do texto. Por tais razões e reafirmando a impossibilidade jurídico-processual de nova análise do mesmo edital perante este Tribunal, sob pena de se adiar indefinidamente a satisfação do interesse público, mantenho o despacho agravado. De-se vista ao d. MPC, retomando para julgamento.

Publique-se.

PROCESSO: 004160.989.18-2 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABEIRA ALAÍ ROGERIO CAMARGO DE LACERDA ADVOGADO: JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136) ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-16 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (evento 67.23) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, encaminhe-se à ATI para manifestação. Após, vista ao D. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

PROCESSO: 004178.989.18-2 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BONIFÁCIO ASSUNTO: Contas de Prefeitura para Exercício de 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-09 Evento 94.01. Concedo o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação deste despacho.

Publique-se.

PROCESSO: 004181.989.18-7 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNEQUEIROPOLIS (CNPJ 44.881.449/0001-81) ADVOGADO: CLAUDIA WAKI (OAB/SP 265.846) INTERESSADO: HELIO DONIZETE MENDES FURNI ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-18 Evento 111.01. Concedo o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 004554.989.18-6 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUI JESSE HENRIQUE DA CUNHA FILHA EXERCÍCIO: 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-08 Evento 87.40. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, encaminhe-se à ATI para manifestação e posteriormente, de-se vista ao d. MPC.

Publique-se.

PROCESSO: 004615.989.18-3 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU ADVOGADO: ANTONIO CARLOS BATISTA MARTINEZ (OAB/SP 79.927) / LETICIA RODRIGUES DE CARVALHO MARIANO (OAB/SP 102.700) / ELISETE CRISTINA SARTORI EXERCÍCIO: 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-08 Evento 107.801 / ROBERTA LUCARELLI ROCHA (OAB/SP 123.451) / RICARDO CHAMMA (OAB/SP 127.852) / DENISE BATISTA DE OLIVEIRA (OAB/SP 129.697) / CLAUDIA FERNANDA DE AGUIAR PEREIRA (OAB/SP 133.034) / CARLA CABO-GROSSO FIALHO (OAB/SP 135.032) / MARISA BOTTER ADORNO GEBARA (OAB/SP 143.915) / PRISCILLA MARTINS FERREIRA (OAB/SP 148.588) / TATIANA CAROLINA MARTO BERNARDES (OAB/SP 161.287) / (OAB/SP 167.128) INTERESSADO: CLODOLDO ARMANDO GAZZETTA ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-13 Notifico os interessados, acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório da Fiscalização (eventos 101.1 a 101.3) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Decorrido o prazo, com ou sem apresentação de justificativas, encaminhe-se à ATI para manifestação. Após, vista do D. Ministério Público de Contas.

Publique-se.

PROCESSO: 004046.989.18-6 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE ADVOGADO: JESSE ROMERO DE OLIVEIRA (OAB/SP 329.567); LUIZ ANTONIO DE GÓES ASSUNTO: 255.668); LUZIA MARIA ALVES DE LIMA (OAB/SP 65.548); ROBERTA ALAIN BONINO (OAB/SP 258.827); CAROLINA DE CÁSSIA APARECIDA DAVID (OAB/SP 192.404); CARLOS EDUARDO TEIXEIRA JUSTO (OAB/SP 299.578) PREFEITO CLÁUDIO JOSÉ DE GÓES ASSUNTO: Contas de Prefeitura EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO POR: UR-09 Notifico os interessados acima nomeados, nos termos e para os fins do artigo 29 da Lei Complementar Estadual nº 70/93, para que tomem conhecimento do Relatório de Fiscalização (evento 93) e apresentem as alegações que forem de seus interesses, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 006209.989.16-9 INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE UBURÁ ADVOGADO: LUIZ SILVIO MOREIRA SALATA (OAB/SP 46.845) / MARIA SILVIA MADEIRA MOREIRA SALATA (OAB/SP 281.440) / CARLA SAYURI ANZAL (OAB/SP 359.178) SILVIO CARLOS DE OLIVEIRA BRANDÃO ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2017 EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO POR: UR-14 RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00013985.989.17-14 Fiscalização relativo que os subsídios dos Vereadores para a legislatura de 2017-2020 foi estabelecida pela Lei Lei nº 13.363/2016, aprovada em 29 de dezembro de 2016, ou seja, após as eleições municipais de 2016, infringindo aos princípios da anterioridade e da moralidade, sendo indevido, portanto, o pagamento de R\$ 25.342,44 feito a cada Vereador da Edilidade no exercício em apreço. O D. Ministério Público de Contas propôs a recomposição ao erário municipal do montante imputado pela Fiscalização. Diante da Deliberação contida no TC-A-43.579/2018, publicada no DOE de 04/12/2018, que define a responsabilidade pela satisfação de débitos apurados por este Tribunal, e nos termos e para os fins do artigo 30, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 70/93 c/c artigo 49, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte de Contas, notifique-se pessoalmente o Responsável, Sr. Silvírio de Oliveira Brandão, para que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente justificativas ou promova a devolução das quantias relacionadas no Relatório de Fiscalização (evento 94.112 - fls. 10/11), devidamente atualizadas até a data do recolhimento, de acordo com a variação acumulada do IPC-Fipe, enviando cópia dos respectivos comprovantes a este Tribunal. Decorrido prazo, com ou sem resposta, volte ao Gabinete. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 006209.989.16-9 INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE UBURÁ ADVOGADO: LUIZ SILVIO MOREIRA SALATA (OAB/SP 46.845) / MARIA SILVIA MADEIRA MOREIRA SALATA (OAB/SP 281.440) / CARLA SAYURI ANZAL (OAB/SP 359.178) SILVIO CARLOS DE OLIVEIRA BRANDÃO ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2017 EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO POR: UR-14 RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00013985.989.17-14 Fiscalização relativo que os subsídios dos Vereadores para a legislatura de 2017-2020 foi estabelecida pela Lei Lei nº 13.363/2016, aprovada em 29 de dezembro de 2016, ou seja, após as eleições municipais de 2016, infringindo aos princípios da anterioridade e da moralidade, sendo indevido, portanto, o pagamento de R\$ 25.342,44 feito a cada Vereador da Edilidade no exercício em apreço. O D. Ministério Público de Contas propôs a recomposição ao erário municipal do montante imputado pela Fiscalização. Diante da Deliberação contida no TC-A-43.579/2018, publicada no DOE de 04/12/2018, que define a responsabilidade pela satisfação de débitos apurados por este Tribunal, e nos termos e para os fins do artigo 30, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 70/93 c/c artigo 49, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte de Contas, notifique-se pessoalmente o Responsável, Sr. Silvírio de Oliveira Brandão, para que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente justificativas ou promova a devolução das quantias relacionadas no Relatório de Fiscalização (evento 94.112 - fls. 10/11), devidamente atualizadas até a data do recolhimento, de acordo com a variação acumulada do IPC-Fipe, enviando cópia dos respectivos comprovantes a este Tribunal. Decorrido prazo, com ou sem resposta, volte ao Gabinete. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 006209.989.16-9 INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE UBURÁ ADVOGADO: LUIZ SILVIO MOREIRA SALATA (OAB/SP 46.845) / MARIA SILVIA MADEIRA MOREIRA SALATA (OAB/SP 281.440) / CARLA SAYURI ANZAL (OAB/SP 359.178) SILVIO CARLOS DE OLIVEIRA BRANDÃO ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2017 EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO POR: UR-14 RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00013985.989.17-14 Fiscalização relativo que os subsídios dos Vereadores para a legislatura de 2017-2020 foi estabelecida pela Lei Lei nº 13.363/2016, aprovada em 29 de dezembro de 2016, ou seja, após as eleições municipais de 2016, infringindo aos princípios da anterioridade e da moralidade, sendo indevido, portanto, o pagamento de R\$ 25.342,44 feito a cada Vereador da Edilidade no exercício em apreço. O D. Ministério Público de Contas propôs a recomposição ao erário municipal do montante imputado pela Fiscalização. Diante da Deliberação contida no TC-A-43.579/2018, publicada no DOE de 04/12/2018, que define a responsabilidade pela satisfação de débitos apurados por este Tribunal, e nos termos e para os fins do artigo 30, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 70/93 c/c artigo 49, inciso XIII, do Regimento Interno desta Corte de Contas, notifique-se pessoalmente o Responsável, Sr. Silvírio de Oliveira Brandão, para que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente justificativas ou promova a devolução das quantias relacionadas no Relatório de Fiscalização (evento 94.112 - fls. 10/11), devidamente atualizadas até a data do recolhimento, de acordo com a variação acumulada do IPC-Fipe, enviando cópia dos respectivos comprovantes a este Tribunal. Decorrido prazo, com ou sem resposta, volte ao Gabinete. Ao Cartório.

Publique-se.

PROCESSO: 0013974.989.16-2 REPRESENTANTE: ALFA SUPRIMENTOS ESCOLARES E PARA ESCRITÓRIO LTDA. REPRESENTADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVÍNIA ADVOGADO: JOSÉ RENATO MONTANHANI (OAB/SP 136.790). ALIETE NAKANO NAGANO (OAB/SP 161.944) e outros. ASSUNTO: Comunica possíveis irregularidades relacionadas ao processamento do Pregão Presencial nº 032/2016, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de material de expediente. EXERCÍCIO: 2016 Alfa Suprimentos Escolares e para Escritório Ltda., por meio deste protocolado, veio comunicar a ocorrência de possíveis irregularidades relacionadas ao processamento do Pregão Presencial nº 32/2016, levado a efeito pela Prefeitura Municipal de Lavínia para registrar preços de material de expediente. Segundo consta, as imperfeições estariam relacionadas à sua exclusão do certame, com base na falta de rubrica nos envelopes de habilitação e de proposta comercial. Instada a Fiscalização informou que não haver registro da participação da representante na Ata de julgamento do pregão. Contudo, consoante a existência do comprovante de recebimento dos envelopes pelo setor de Protocolo da Prefeitura, evidenciando que a empresa restou desclassificada sem a necessária transparência. Consultado, o d. MPC opinou pela procedência da impugnação. SOG resultou que a matéria deste Expediente constou do item C-1.1 (Faltas de Instrução) do Relatório de Fiscalização relativo às Contas da Prefeitura de Lavínia do exercício de 2016 (TC-003495.989.16). Diante disso, avaliou que a competência desta Corte de Contas se encontra esaurida, considerando que, ao emitir parecer favorável com ressalvas aos aludidos demonstrativos, o Tribunal esgotou sua atuação, fazendo coisa julgada das situações analisadas nestes autos. Sugiero, assim, o arquivamento do feito. Concluída a instrução, acolho o posicionamento da SOG. Considerando que a matéria trazida à luz já foi objeto de efetiva apreciação, deliberar acerca de referido tema importa reabrir discussão sobre coisa julgada, atentando contra a segurança jurídica. Sendo assim, acolhendo a opinião da SOG, determino a arquivamento deste protocolado, nos termos do art. 112 da Lei Complementar nº 70/93.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
DIMAS RAMALHO
PROCESSO: 00011244.989.19-0
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO (CNPJ 46.415.998/0001-96)
CONTRATADO(A): JOSÉ LUIS DA SILVA ELIAS EIRELI (CNPJ 17.689.072/0001-90)
INTERESSADO(A): HELIO DONIZETE ZANATTA (CPF 046.954.388-44) – PREFEITO MUNICIPAL
JOSÉ LUIS DA SILVA ELIAS (TITULAR E ADMINISTRADOR).
ASSUNTO: Processo Administrativo nº 702/2018. Pregão Presencial nº 19/2018. Contrato nº 185, assinado em 24/05/2018. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de rede de fibra óptica no Município de São Pedro.

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00011710.989.19-5, 00015000.989.19-4

PROCESSO: 00011710.989.19-5

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO (CNPJ 46.415.998/0001-96)

CONTRATADO(A): JOSÉ LUIS DA SILVA ELIAS EIRELI (CNPJ 17.689.072/0001-90)

INTERESSADO(A): HELIO DONIZETE ZANATTA (CPF 046.954.388-44)

ASSUNTO: Termo de Prorrogação de Prazo nº 185-1, assinado em 23/05/2019. Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses.

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO PRINCIPAL: 11244.989.19-0

ASSUNTO aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 70/93, adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou, então, apresentem justificativas acerca de toda a matéria constante dos autos, esclarecendo, sobretudo, as inconsistências apontadas pela Fiscalização.

Publique-se.

PROCESSO: 00011344.989.19-9

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE